

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E
ANEXOS INDIVIDUAIS



Índice

Demonstrações Financeiras e Anexos Individuais	108
1. Identificação da entidade e notas de operacionalidade	114
1.1. Identificação	114
1.2. Separação de sectores - Infraestrutura	115
1.3. Separação de sectores - Transportes	117
1.4. Regime de Concessão	118
1.5. Contrato de serviço público	120
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 121	
2.1. Referencial Contabilístico	121
2.2. Derrogações ao SNC	122
2.3. Valores comparativos	122
3. Principais políticas contabilísticas	124
3.1. Bases de mensuração	124
3.2. Políticas contabilísticas relevantes	125
3.3. Juízos de valor	143
3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro	144
3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas	145
4. Fluxos de caixa	147
4.1. Rubrica de Caixa e depósitos bancários	148
4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	148
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 149	
6. Ativos fixos tangíveis	151
7. Ativos intangíveis	153
8. Locações	155
9. Participações financeiras - método da equivalência Patrimonial	156
10. Participações financeiras - outros métodos	157
11. Acionistas/sócios	161
12. Impostos sobre o rendimento	161

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'CD' and 'AS'.

Handwritten initials 'RE' in blue ink.

13.	Inventários.....	162
14.	Clientes.....	163
15.	Adiantamentos a fornecedores.....	165
16.	Estado e outros entes públicos.....	166
17.	Outras contas a receber.....	167
18.	Diferimentos.....	167
19.	Ativos financeiros detidos para negociação.....	168
20.	Ativos não correntes detidos para venda.....	169
21.	Capital realizado.....	170
22.	Ações (quotas) próprias.....	170
23.	Outros instrumentos de capital próprio.....	170
24.	Reservas legais.....	171
25.	Outras reservas.....	171
26.	Resultados transitados.....	171
27.	Ajustamentos em ativos financeiros.....	173
28.	Outras variações no capital próprio.....	173
29.	Provisões.....	175
30.	Financiamentos obtidos.....	177
31.	Outras contas a pagar.....	180
32.	Fornecedores.....	182
33.	Passivos financeiros detidos para negociação.....	182
34.	Vendas e serviços prestados.....	183
35.	Subsídios à exploração.....	183
36.	Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	184
37.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	185
38.	Fornecimentos e serviços externos.....	186
39.	Gastos com pessoal.....	187
40.	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis.....	189
41.	Outros rendimentos e ganhos.....	190
42.	Outros gastos e perdas.....	190

43.	Aumentos/reduções justo valor	191
44.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	192
45.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis.....	193
46.	Juros e rendimentos similares obtidos.....	193
47.	Juros e gastos similares suportados.....	194
48.	Passivos contingentes.....	194
49.	Ativos contingentes.....	194
50.	Divulgações de partes relacionadas.....	195
51.	Transporte de militares.....	198
52.	Garantias e Avals.....	198
53.	Acontecimentos após a data do Balanço	199

re

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS INDIVIDUAIS

Balanço individual em 31 de dezembro de 2011

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010 (REEXPRESSO)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	930.818.803	1.012.251.108
Ativos intangíveis	7	719.679	867.792
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	10.055.415	10.789.609
Participações financeiras - outros métodos	10	27.818.515	28.178.940
		969.412.412	1.052.087.449
Ativo corrente			
Inventários	13	5.539.917	5.903.090
Clientes	14	4.055.704	5.508.025
Adiantamentos a fornecedores	15	1.296.720	1.313.400
Estado e outros entes públicos	16	6.788.751	7.195.126
Acionistas/sócios	11	1.167.426	238.076
Outras contas a receber	17	67.101.340	60.760.012
Diferimentos	18	10.918.143	12.209.952
Ativos financeiros detidos para negociação	19	19.392.661	50.617.683
Ativos não correntes detidos para venda	8, 20	31.410.452	19.527.959
Caixa e depósitos bancários	4	35.633.894	9.802.677
		183.305.006	173.076.000
Total do ativo		1.152.717.418	1.225.163.448
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais	24	24.703	24.703
Outras reservas	25	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	26	(4.752.108.816)	(4.550.197.307)
Ajustamentos em activos financeiros	27	(1.677.569)	(1.677.569)
Outras variações no capital próprio	28	286.908.360	299.018.972
Resultado líquido do período		(289.046.560)	(201.640.824)
Total do capital próprio		(2.759.276.232)	(2.457.848.375)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	66.280.735	34.406.816
Financiamentos obtidos	30	2.372.094.913	2.929.250.822
Outras contas a pagar	31	34.262.347	33.039.231
		2.472.637.995	2.996.696.869
Passivo corrente			
Fornecedores	32	62.325.161	29.638.381
Adiantamentos de clientes		643.830	777.122
Estado e outros entes públicos	16	2.740.712	3.089.712
Acionistas/sócios	11	3.100.583	
Financiamentos obtidos	30	1.150.299.011	395.198.721
Outras contas a pagar	31	62.081.280	80.895.891
Diferimentos	18	7.358.921	7.292.342
Passivos financeiros detidos para negociação	33	150.806.157	169.422.785
		1.439.355.655	686.314.954
Total do passivo		3.911.993.650	3.683.011.823
Total do capital próprio e do passivo		1.152.717.418	1.225.163.448

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho*Ana Coelho*

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benotiel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

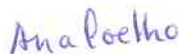
Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2011

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados	34	238.255.936	238.502.999
Subsídios à exploração	35	36.760.737	34.760.771
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	36	(1.470.019)	(28.611.261)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	37	(11.440.560)	(11.400.400)
Fornecimentos e serviços externos	38	(163.269.005)	(165.726.647)
Gastos com o pessoal	39	(108.072.860)	(122.251.079)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14, 17	(2.653.584)	(2.573.407)
Provisões (aumentos/reduções)	29	(31.736.682)	12.111.984
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9, 40	(2.258.279)	1.647.519
Outros rendimentos e ganhos	41	35.563.231	35.341.532
Outros gastos e perdas	42	(3.879.972)	(5.165.226)
Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos		(14.201.059)	(13.363.215)
Aumentos/reduções de justo valor	43	(12.608.394)	56.026.427
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(26.809.453)	42.663.212
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 44	(84.760.995)	(87.299.587)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	45	(966.644)	(4.101.120)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(112.537.092)	(48.737.495)
Juros e rendimentos similares obtidos	46	11.891.063	13.241.580
Juros e gastos similares suportados	47	(188.063.400)	(165.876.641)
Resultado antes de impostos		(288.709.429)	(201.372.556)
Imposto sobre o rendimento do período	12, 16	(337.131)	(268.268)
Resultado líquido do período		(289.046.560)	(201.640.824)

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho


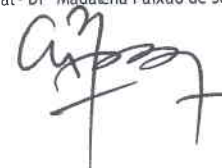
Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benotiel


 Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira


 Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira


 Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias


 Vogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa



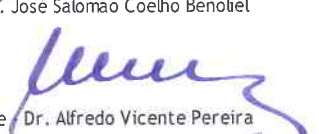
Demonstração individual dos resultados por funções
Período findo em 31 de dezembro de 2011

(Valores em euros)

	PERÍODOS	
	2011	2010 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados	274.255.936	273.206.334
Custo das vendas e dos serviços prestados	-281.924.609	-294.791.248
Resultado bruto	-7.668.673	-21.584.914
Outros rendimentos	43.008.891	125.703.929
Gastos de distribuição	-27.064.170	-30.901.274
Gastos administrativos	-58.554.643	-61.046.439
Outros gastos	-62.258.497	-60.908.796
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-112.537.092	-48.737.495
Gastos de financiamento (líquidos)	-176.172.337	-152.635.062
Resultados antes de impostos	-288.709.429	-201.372.556
Imposto sobre o rendimento do período	-337.131	-268.268
Resultado líquido do período	-289.046.560	-201.640.824
Resultado das atividades descontinuadas	-	-

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho


Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benóiel


 Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira


 Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira


 Vogal - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias


 Vogal - Dr.ª Madalena Paixão de Sousa

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2010

(valores em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio (REEXPRESSO)
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
Posição no início do período de 2010	1, 21 a 28	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.548.605.806)	2.816.632	72.939.508	312.922.675	(72.829.000)	(2.236.107.637)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	26 a 28	-	-	-	-	-	-	(1.591.502)	(4.494.201)	(70.042.307)	(13.903.703)	72.829.000	(2.897.201)
		-	-	-	-	-	-	(1.591.502)	(4.494.201)	(72.939.508)	(13.903.703)	72.829.000	(17.202.713)
Resultado líquido do período	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.099.914)
Resultado integral	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(201.640.824)
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(221.740.738)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2010	5 = 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.550.197.307)	(1.677.569)	(0)	299.018.972	(201.640.824)	(2.457.848.375)

Técnico Oficial de Contas - Dr. Ana Coelho

Ana Coelho

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr. Madalena Paiva de Sousa

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2011

(valores em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		
1	21 a 28	1.995.317,000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.550.197,307)	(1.677,569)	-	299.018,972	(201.640,824)	(2.457.846,375)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	26, 28	-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	(12.110,612)	201.640,824	(12.381,287)	
2		-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	(12.110,612)	201.640,824	(12.381,287)	
3		-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	(12.110,612)	201.640,824	(12.381,287)	
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	(201.911.509)	-	(12.110,612)	201.640,824	(12.381,287)	
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
6 = 1+2+3+5		1.995.317,000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.752.108,816)	(1.677,569)	-	286.908,360	(289.046,560)	(2.759.276,232)

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho

Ana Coelho

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Dr.ª Mariplena Paixão de Sousa

Dr.ª Mariplena Paixão de Sousa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011

(valores em euros)

RUBRICAS	30-12-2011	31-12-2010 (REEXPRESSO)
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes ^(a)	274.204.845,09	288.172.395,54
Pagamentos a fornecedores	-182.513.998,36	-178.528.597,25
Pagamentos ao pessoal	-108.890.855,13	-124.254.428,73
Caixa gerada pelas operações	-17.200.008,40	-14.610.630,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	6.414,77	40.603,84
Outros recebimentos/pagamentos	24.835.842,05	44.663.848,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	7.642.248,42	30.093.821,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-14.423.342,79	-21.370.967,09
Ativos intangíveis	0,00	-560.464,00
Investimentos financeiros	-2.779.324,71	-25.529.093,97
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	332.746,98	1.698.398,68
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	240.000,00	420.000,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	2.012.452,24	187.480,31
Juros e rendimentos similares	374.829,25	14.296.202,18
Dividendos	60.583,97	61.911,22
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-14.182.055,06	-30.796.532,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	808.759.292,00	500.000.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	18.517.306,27	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-693.181.473,23	-574.965.704,60
Juros e gastos similares	-184.081.965,00	-150.590.749,39
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-49.986.839,96	-225.556.453,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-56.526.646,60	-226.259.165,13
Efeito das diferenças de câmbio	-8.699,67	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.665.429,10	235.924.594,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-46.869.917,17	9.665.429,10

^(a) Os valores referentes a indemnizações compensatórias foram reexpressos em 2010, sendo considerados na rubrica de 'Recebimentos de clientes'. Anteriormente eram considerados na rubrica de 'Outros recebimentos/pagamentos'.

Técnico Oficial de Contas - Dr^a Ana Coelho

Ana Coelho

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benotiel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Dr^a Cristina Maria dos Santos Pinto DiasVogal - Dr^a Madalena Paixão de Sousa

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE

1.1. IDENTIFICAÇÃO

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

Até à publicação do citado Decreto-Lei n.º 137-A/2009, a CP, que detinha a natureza de empresa pública (E.P.) regia-se pelos estatutos aprovados Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de Março.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, tendo passado a ser realizado pela sua associada CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e do Emprego e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado, estando em fase de negociação a celebração de contrato de serviço público.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 50.

1.2. SEPARAÇÃO DE SECTORES - INFRAESTRUTURA

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infraestrutura atribuída ao Estado ou “a entidade atuando por sua concessão ou delegação” e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a separação vertical da empresa única existente, nas atividades de gestão da infraestrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário.

Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objeto principal consiste no serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infraestruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afetos às infraestruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspetos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infraestrutura ferroviária.

Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da Direção Geral de Transportes Terrestres e Fluviais (DGTTF) e da Direção Geral de Viação (DGV), operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Dezembro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infraestrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Diretivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infraestrutura, acentuando as obrigações do gestor da infraestrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao

efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2011, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

A faturação anual apresentada pela REFER, recebida e não creditada em 31 de Dezembro de 2011, totaliza €1 706 178, e resume-se nos seguintes tipos de serviço:

<i>Serviços Essenciais (exceto taxa de uso): "Capacidade pedida e não utilizada"</i>	€558.222
<i>Serviços Auxiliares</i>	€188.408
<i>Serviços Adicionais</i>	€959.548
<i>Total</i>	€1.706.178

1.3. SEPARAÇÃO DE SECTORES - TRANSPORTES

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao

compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº112 de 12 de Junho de 2009), o Decreto-Lei nº137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autoriza a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº109/77 de 25 de Março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

1.3.1. SEPARAÇÃO DE SECTORES - AUTONOMIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS

A autonomização da atividade do transporte de mercadorias é prevista no Decreto-Lei nº137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adoptando a denominação de CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. A autonomização daquela área de atividade opera-se por cisão, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei nº558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº300/2007 de 23 de Agosto.

Respeitando as orientações constantes do Despacho nº9541/2008, de 14 de Março, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº65, de 2 de Abril de 2008, foi constituída em 31 de Julho de 2009 a empresa CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, tendo sido transferidas para aquela sociedade as posições jurídicas em contratos celebrados pela CP, E.P.E., relativamente às atribuições prosseguidas pela CP Carga, S.A., sem prejuízo da manutenção das garantias a elas inerentes, após a sua constituição e pelo período de tempo estritamente necessário à concretização da alteração da titularidade das mesmas.

Os trabalhadores, cujos contratos foram transmitidos para a nova empresa, mantêm todos os direitos e regalias de que eram titulares ao serviço da CP, E.P.E

1.4. REGIME DE CONCESSÃO

Em 1 de Janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

1.5. CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º558/99 de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º300/2007 de 23 de Agosto.

O Decreto - Lei 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de Março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de Março de 2011 e o dia 31 de Dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes a implementar entre os anos de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de Novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigura preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, estando em curso o processo para a celebração do novo contrato que deverá ocorrer no decurso do ano 2012.

Com a celebração dos novos contratos o Estado pretende dar cumprimento cabal ao compromisso assumido nos Memorandos de Entendimento firmados pelo governo Português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de rever o nível de serviço público prestado pelas empresas públicas.

As indemnizações compensatórias referentes ao ano 2011 são, no entanto, devidas à CP, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º3/2012, uma vez que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado, e o seu não pagamento causaria uma incapacidade de cobrir esses custos, gerando uma ruptura de tesouraria na empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras da CP - Comboios de Portugal, EPE, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 28 de Março de 2012, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

2.2. DERROGAÇÕES AO SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. VALORES COMPARATIVOS

A Empresa procedeu retrospectivamente à correção de erros de períodos anteriores, tanto ao nível do reconhecimento como de apresentação, de rubricas das demonstrações financeiras, tal como previsto na NCRF 4- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros". Assim, efetuou a reexpressão, para efeitos comparativos, das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010.

A) Excedentes de Reavaliação integrados em Resultados Transitados

A transferência do saldo de excedentes de revalorização resulta da CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para SNC (ver nota 3.2.1). A incorporação em Resultados Transitados já devia estar registada nas contas da empresa, pelo que se procedeu à reexpressão a 31 de Dezembro de 2010.

B) Eurofima - Acerto do valor da participação financeira e do valor das ações subscritas e não realizadas

A CP detém desde 1996, 5200 ações na Eurofima, cujo valor nominal é CHF 52.000.000 e o contravalor em euros (histórico) é de €27.760.679,08.

Verificando-se que a participação registada nas Contas de 2011 (e anteriores) estava subavaliada em € 8.955.307,07, foi efectuado um ajustamento de correção para que a participação registada corresponda ao número e valor das ações efetivamente subscritas.

Por outro lado, a CP subscreveu 2.600 ações, tendo realizado apenas 20% do valor de subscrição, pelo que estão por realizar CHF 41.600.000 (informação referenciada na carta de circularização recebida da Eurofima). Aplicando a taxa de câmbio àquele montante a de 31 de Dezembro de 2011 (e a 31 Dezembro de 2010), o valor das ações subscritas e não realizadas registadas nas Contas estão abaixo daquele que seria o seu valor efetivo, havendo necessidade de ajustamento adicional nas Contas da CP de forma a evidenciar o valor correto da subscrição não realizada junto da EUROFIMA.

Os €5.229.450 reexpressos em resultados de 2010 representam o impacto cambial das ações subscritas não realizadas do exercício de 2010, reconhecidas agora como gasto.

C) Verificou-se que parte das diferenças de câmbio de 2010 da Eurofima ficaram registadas como gasto diferido, havendo lugar a correção.

D) Transferência para Resultados Transitados de ajustamentos em Ativos financeiros, registados na classe 57, referentes a empresas que já não fazem parte do perímetro do Grupo. Algumas dessas operações reportam:

(i) a ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas

(ii) variações entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que foram atribuídos.

E) Reclassificação dos descobertos bancários a 31 Dezembro de 2010, no valor de €137 248, montante registado no Ativo Corrente a crédito da rubrica de caixa e depósitos bancários, reexpresso agora na rubrica de financiamentos obtidos/Passivo Corrente.

F) Em resultado da reexpressão do exercício de 2010 nas Contas da EMEF, no valor de €1.214.337, negativos, a CP reexpressou a aplicação do método de equivalência patrimonial aos novos Capitais Próprios desta participada em 31 Dezembro de 2010.

Os efeitos das alterações acima descritas tiveram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010:

(valores em euros)

RUBRICAS	Antes	A)	B)	C)	D)	E)	F)	Após
	Reexpressão							Reexpressão
	31-12-2010							31-12-2010
ATIVO								
Não Corrente								
Particip.financ-MEP	12.003.946						(1.214.337)	10.789.609
Part.financ-O.mét	19.223.632		8.955.308					28.178.940
Corrente								
Diferimentos	14.656.903			(2.446.951)				12.209.952
Caixa e dep. Banc	9.665.429					137.248		9.802.677
CAPITAL PRÓPRIO								
Resultados								
transitados	(4.618.537.605)	70.042.307	(2.045.835)	(2.446.951)	2.790.778			(4.550.197.307)
Ajust.ativos financ.	1.113.209				(2.790.778)			(1.677.569)
Excedentes reval.	70.042.307	(70.042.307)						
Result. líq período	(195.197.037)		(5.229.450)				(1.214.337)	(201.640.824)
PASSIVO								
Não Corrente								
Outras contas a								
pagar	16.808.638		16.230.593					33.039.231
Corrente								
Financ obtidos	395.061.473					137.248		395.198.721
DR - RENDIM. E GASTOS								
Perd imp.							(1.214.337)	
Subsidiárias Juros e	27.396.924							28.611.261
gastos simil	(160.647.191)		(5.229.450)					(165.876.641)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.3 (Juízos de valor), na nota 3.4 (Principais pressupostos relativos ao futuro) e na nota 3.5 (Principais fontes de incerteza das estimativas).

3.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as

despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Ativos fixos tangíveis do Estado afeto às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são de interesse público e quando não se encontram afetos à atividade operacional da empresa são restituídos ao Estado. Estes ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida;
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<u>Descritivo do bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 10
Automotoras a <i>diesel</i> e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa

de 2 %, conforme o Decreto Regulamentar 25 / 2009 de 14 de Setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de

mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um Ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um Ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração dos Resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do Ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.2.2. LOCAÇÕES

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um Ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no Ativo e no Passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em Resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do Passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis.

3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do software para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

3.2.4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra. Sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas

adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efectuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. É considerado ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas (IMF - Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Entidade. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- a) Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efectuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- b) O risco a cobrir seja um dos riscos estabelecidos nos parágrafos seguintes (cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço); e
- c) Espere que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela Empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

3.2.6. OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

a) Instrumentos financeiros:

- i. À vista ou tenha uma maturidade definida;
 - ii. Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
 - iii. Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
- i. Não possam ser liquidados em base líquida,
 - ii. Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - iii. A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objectiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

3.2.7. ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente

controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,

- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

3.2.8. INVENTÁRIOS

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

3.2.9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos Resultados, sendo subsequentemente revertidas por Resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os

descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2.11. EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no Passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em Passivo Corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como Passivo não Corrente.

Desta forma, é classificado em Passivo não Corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

3.2.12. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A CP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

3.2.13. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas Demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de Balanço, os Ativos e Passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na Demonstração dos Resultados do período.

Ativos e Passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.2.14. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os Rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar as que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

3.2.15. RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os Gastos e Rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efectuada através da utilização da rubrica de Outras contas a receber e a pagar (Devedores e credores por empréstimos) e da rubrica de Diferimentos.

3.2.16. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

A Empresa, por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho, estava obrigada, até 31 de Dezembro de 1999, a pagar pensões de acidentes de trabalho vitalícias em resultado de acidentes ocorridos até àquela data.

Esta responsabilidade é calculada com base em pressupostos atuariais, uma vez que a CP é obrigada a pagar rendas vitalícias a estes ex-funcionários. Assim, o passivo é reconhecido no balanço, através de uma provisão para indemnizações com base no valor presente da obrigação das rendas vitalícias à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes (BPI Pensões).

3.2.17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efectuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.2.18. IMPOSTO SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

3.2.19. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes

Um Ativo Contingente é um possível Ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um Passivo contingente surge quando exista:

- a) Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- b) Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo os mesmos divulgados no Anexo às respectivas Demonstrações, a menos que a possibilidade de uma exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

3.2.20. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de Março de 2011, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 53.

3.3. JUÍZOS DE VALOR

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas da CP e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projecção futura das barreiras em causa, é determinada usando a curva de rendimentos atual.

3.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações. Ao efetuar a sua avaliação, o Conselho de Administração tomou em consideração que a situação dos mercados financeiros e a chamada “crise das dívidas soberanas” tem afetado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP.

Com a queda do *rating* da República e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afetado negativamente o *rating* também da CP.

O Conselho de Administração, considerando as incertezas acima descritas, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos.

A situação operacional da CP para 2012 apresenta sustentabilidade, na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperando obter neste ano um EBITDA positivo na CP e nas suas participadas. Considera-se, pois, que os factores de sustentabilidade futura melhoraram. Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando diretamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade. Adicionalmente, foram desenvolvidos contactos junto das instituições financeiras no mercado interno e externo, bem como uma articulação com a Direção Geral do Tesouro (DGT) e o Instituto da Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP), apresentando a CP os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP e das suas

participadas, para o próximo período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as atuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da empresa.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os Resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que tenham um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte é a que segue:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a

obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com as pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.1. RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	265 511	216 881
Depósitos bancários	35 368 382	9 585 797
Total	35 633 894	9 802 677

Em 31 de Dezembro a rubrica de depósitos bancários apresenta um saldo muito significativo em virtude do recebimento das indemnizações compensatórias referentes a 2011 em 30 de Dezembro.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa		
Caixa Central	393	1 640
Caixa Pequena	2 600	26 870
FFC Tesouraria	1 650	-
Caixa Estações	260 869	188 371
	265 511	216 881
Depósitos à ordem		
Banco Barclays	297	5 962
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	230 526	1 634 238
Banco Espírito Santo	229	1 634
Banco Português de Investimento	1 746 922	3 934 399
Banco Português de Negócios	19	107 763
Banco Santander	41 080	3 784 933
BNP Paribas	88	-
Caixa Geral de Depósitos	13 664	57 294
Caja Madrid	103	39
Citibank	656	1 563
Crédito Agrícola	-	6 831
Deutsche Bank	717	1 199
Inst. Gestão Crédito Público	33 331 291	-
Millennium BCP	1 354	48 539
Montepio	1 438	1 404
	35 368 382	9 585 797

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Conforme referido na nota 2.3 a Empresa procedeu retrospectivamente à correção de erros de períodos anteriores, tanto ao nível do reconhecimento como de apresentação, de rubricas das demonstrações financeiras, tal como previsto na NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros". Assim, efetuou a reexpressão, para efeitos comparativos, das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2010, das seguintes rubricas:

- Excedentes de Reavaliação integrados em Resultados Transitados - a transferência do saldo de excedentes de revalorização no valor de €70.042.307 para Resultados Transitados resulta da CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para SNC. A

incorporação em Resultados Transitados já devia estar registada nas contas da empresa, pelo que se procedeu à reexpressão a 31 de Dezembro de 2010;

- Acerto do valor da participação financeira e do valor das ações subscritas e não realizadas da Eurofima - verificando-se que a participação registada nas Contas de 2011 (e anteriores) estava subavaliada em € 8.955.307,07, foi efectuado um ajustamento de correção para que a participação registada corresponda ao número e valor das ações efetivamente subscritas. Por outro lado, a CP subscreeveu 2.600 ações, tendo realizado apenas 20% do valor de subscrição, pelo que estão por realizar CHF 41.600.000. Aplicando a taxa de câmbio àquele montante a de 31 de Dezembro de 2011 (e a 31 Dezembro de 2010), o valor das ações subscritas e não realizadas registadas nas Contas estão abaixo daquele que seria o seu valor efetivo, havendo necessidade de ajustamento adicional nas Contas da CP de forma a evidenciar o valor correto da subscrição não realizada junto da Eurofima. Os €5.229.450 reexpressos em resultados de 2010 representam o impacto cambial das ações subscritas não realizadas do exercício de 2010, reconhecidas agora como gasto;
- Verificou-se que parte das diferenças de câmbio de 2010 da Eurofima ficaram registadas como gasto diferido, havendo lugar a correção. O valor desta correção foi de €2.446.951 tendo sido efetuada por contrapartida de Resultados Transitados;
- Transferência para Resultados Transitados de ajustamentos em Ativos financeiros, registados na classe 57, referentes a empresas que já não fazem parte do perímetro do Grupo. Algumas dessas operações reportam (i) a ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas e a (ii) variações entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que foram atribuídos. O impacto desta correção foi de €2.790.778;
- Reclassificação dos descobertos bancários a 31 Dezembro de 2010, no valor de €137 248, montante registado no Ativo Corrente a crédito da rubrica de caixa e depósitos bancários, reexpresso agora na rubrica de financiamentos obtidos/Passivo Corrente.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No final do ano 2011 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

	(valores em euros)	
	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	27.239.502	28.805.329
Edifícios e outras construções	95.070.649	95.337.120
Equipamento básico	1.630.826.627	1.817.323.883
Equipamento de transporte	1.782.873	1.956.950
Equipamento administrativo	18.936.124	18.346.055
Equipamentos biológicos	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	61.826.394	60.819.908
Investimentos em curso	3.741.875	2.222.446
Adiantamentos por conta de investimentos	10.614.526	11.150.070
	1.850.038.570	2.035.961.761
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	84.271.190	86.800.372
Depreciação acumulada de períodos anteriores	833.891.146	932.111.919
Perdas por imparidade do período	-3.737.266	4.101.120
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4.794.696	697.242
	919.219.766	1.023.710.653
Valor líquido contabilístico	930.818.803	1.012.251.108

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.2.1.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2011 são resumidos no quadro seguinte:

RELATÓRIO & CONTAS - 2011

(Valores em euros)	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	28.805.329			(14.566)	(1.551.261)				27.239.502
Edifícios e outras construções	95.337.120	10.108			(1.019.193)		742.615		95.070.649
Equipamento básico	1.817.323.883	79.856		(2.000.163)	(159.966.440)	(37.566.747)	12.956.239		1.630.826.627
Equipamento de transporte	1.956.950			(174.078)					1.782.873
Equipamento administrativo	18.346.054	619.354		(5.988)		(112.766)	89.470		18.936.124
Equipamentos biológicos	-								-
Outros ativos fixos tangíveis	60.819.908	979.941				(9.549)	36.094		61.826.394
Investimentos em curso	2.222.446	11.175.890			(79.720)		(9.546.641)	(30.100)	3.741.875
Adiant. por conta investimentos	11.150.071	4.083.924					(4.619.469)		10.614.526
	2.035.961.761	16.949.073	-	(2.194.795)	(162.616.615)	(37.689.062)	(341.693)	(30.100)	1.850.038.570
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	29.636.375	2.902.290			(283.973)				32.254.691
Equipamento básico	941.102.606	77.435.206		(1.999.197)	(144.964.471)	(37.485.583)			834.088.561
Equipamento de transporte	1.689.561	61.319		(174.078)					1.576.802
Equipamento administrativo	16.231.747	1.102.385		(3.252)		(112.665)			17.218.215
Equipamentos biológicos	-								-
Outros ativos fixos tangíveis	30.255.668	2.769.991				(1.591)			33.024.067
AFT-Perdas Impar Acum -Eq. Básico	4.794.697		966.644				(4.703.910)		1.057.431
	1.023.710.653	84.271.190	966.644	(2.176.527)	(145.248.444)	(37.599.839)	(4.703.910)	-	919.219.766
Total	1.012.251.108								930.818.803

a) Este saldo de € 341 693, refere-se a uma transferência/reclassificação efectuada da rubrica ativos fixos tangíveis em curso para a rubrica de ativos intangíveis (nota 7).

b) Este saldo de € 4.703.910, refere-se a uma transferência efectuada para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda.

A 31 de Dezembro de 2011 os seguintes ativos fixos tangíveis foram dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição do imóvel	Passivo
Automotoras	393.549.749,91
Carruagens	5.473.290,10
Locomotivas	143.777.090,09
Total	542.800.130

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos e licenciamento de utilização de sistemas não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Despesas de Investigação e desenvolvimento	2 087 121	1 745 429
Ativos intangíveis em curso	-	-
	2 087 121	1 745 429
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	489 805	560 463
Amortização acumulada de períodos anteriores	877 637	317 174
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	1 367 442	877 637
Valor líquido contabilístico	719 679	867 792

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2011 são analisados como segue:

(Valores em euros)	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1 745 429	-	-	-	-	-	341.692	2.087.121
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.745.429	-	-	-	-	-	341.692	2.087.121
Amortização acumulada e imparidade								
Amortização do período	-	489.805	-	-	-	-	-	489.805
Amortização acumulada de períodos anteriores	877.637	-	-	-	-	-	-	877.637
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	877.637	489.805	-	-	-	-	-	1.367.442
Total	867.792							719.679



 Mónica F.

8. LOCAÇÕES

A CP é locatária de um prédio urbano no concelho de Vila Nova de Famalicão. Trata-se de uma locação financeira, atendendo a foram transferidos substancialmente para a CP todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011, o valor do ativo fixo tangível financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Edif. e outras construções	104.648	6.895	97.753	104.648	4.462	100.187
	104.648	6.895	97.753	104.648	4.462	100.187

Este ativo foi classificado como detido para venda, dado que é intenção da empresa proceder à sua alienação, logo que o mesmo passe para a sua titularidade, após pagamento das últimas rendas em dívida e do valor residual de €8 758,25 que será assegurado em Abril de 2012.

No quadro seguinte é apresentado o plano financeiro para 2012:

(valores em euros)

Data Vencimento	Amort. Capital	Juros	Renda	Capital em Dívida	Comissões	Pagamento Total
07/01/2012	2.681,15	41,11	2.722,26	14.139,39	11,07	2.733,33
07/02/2012	2.687,41	33,24	2.720,65	11.451,98	1,23	2.721,88
07/03/2012	2.693,73	26,92	2.720,65	8.758,25	1,23	2.721,88
07/04/2012	8.758,25	20,59	8.778,84	0,00	615,00	9.393,84

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2011			31-12-2010		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	2.393.413	0	2.393.413	3.207.701	0	3.207.701
EMEF, SA	Empréstimos	7.500.000	0	7.500.000	7.500.000	0	7.500.000
CP CARGA, SA	Investimento	0	0	0	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Investimento	0	0	0	0	0	0
FERGRÁFICA, SA	Empréstimos	559.553	-559.553	0	141.000	-141.000	0
SAROS, SA	Investimento	74.002	0	74.002	0	0	0
FERNAVE, SA	Empréstimos	88.000	0	88.000	1.980.000	-1.980.000	0
STIFA, SA	Investimento	0	0	0	81.908	0	81.908
TIP, ACE	Investimento	0	0	0	0	0	0
		10.614.968	-559.553	10.055.415	12.910.609	-2.121.000	10.789.609

Em 2011 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras Alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	10.707.701	553.700	-	-1.367.988	-	9.893.413
CP CARGA, SA	-	-	-	-	-	-
FERGRÁFICA, SA	141.000	418.553	-	-	-	559.553
SAROS, SA	-	94.124	-	(20.123)	-	74.002
FERNAVE, SA	1.980.000	88.000	-	-	(1.980.000)	88.000
STIFA, SA	81.908	-	-	-	(81.908)	-
	12.910.609	1.154.377	0	-1.388.111	-2.061.908	10.614.968
Imparidade						
EMEF, SA	-	-	-	-	-	-
CP CARGA, SA	-	-	-	-	-	-
FERGRÁFICA, SA	(141.000)	(418.553)	-	-	-	(559.553)
SAROS, SA	-	-	-	-	-	-
FERNAVE, SA	(1.980.000)	-	-	-	1.980.000	-
STIFA, SA	-	-	-	-	-	-
	(2.121.000)	(418.553)	-	-	1.980.000	(559.553)
Total	10.789.609					10.055.415

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2011	61.934.422	59.522.800	2.411.622	79.721.232	-1.341.031
CP CARGA, SA	100	31-12-2011	119.457.768	165.996.535	-46.538.767	62.201.582	-30.431.024
FERGRÁFICA, SA	100	31-12-2011	519.467	3.430.379	-2.910.913	1.468.269	-1.695.565
SAROS, SA	100	31-12-2011	87.680	11.262	76.417	40.547	-17.707
FERNAVE, SA	70	31-12-2011	4.214.376	7.438.991	-3.224.614	2.212.663	-1.629.501
TIP, ACE	33,3	31-12-2011	13.777.316	17.377.919	-3.600.603	4.938.605	-1.307.478

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração de resultado se existir uma evidência objectiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2011			31-12-2010		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	207.119	-160.000	47.119	409.976	-400.000	9.976
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	- 12.721	0	12.721	-	12.721
EMEF INTERNACIONAL	Custo de aquisição	2.500	- 2 500	0	2.500	-	2.500
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	-249.399	-	249.399	- 249 399	-
EDEL, LD ^a	Custo de aquisição	-	-	-	79	-	79
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	- 382 269	0	382.269	-	382.269
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-	1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 ^a emissão	Custo de aquisição	504	-504	-	504	-504	-
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3 ^a emissão	Custo de aquisição	1.132	-1.132	-	1.132	-1.132	-
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	Custo de aquisição	5.038	-5.038	-	5.038	-5.038	-
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28 632 077	- 813 562	27 818 515	28 835 013	- 656 073	28 178 940

O movimento destas participações financeiras em 2011 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OTLIS, ACE	409.976	37.143	-	-	(240.000)	207.119
MLM, SA	12.721	-	-	-	-	12.721
EMEF INTERNACIONAL	2.500	-	-	-	-	2.500
METRO DO PORTO, SA	249.399	-	-	-	-	249.399
EDEL, LD ^a	79	-	-	-	(79)	-
METRO-MONDEGO, SA	3.595	-	-	-	-	3.595
ICF	382.269	-	-	-	-	382.269
EUROFIMA	27.760.679	-	-	-	-	27.760.679
BCC	1.460	-	-	-	-	1.460
APOR	5.000	-	-	-	-	5.000
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 ^a emissão	504	-	-	-	-	504
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3 ^a emissão	1.132	-	-	-	-	1.132
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	5.038	-	-	-	-	5.038
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28.835.013	37.143	-	-	(240.079)	28.632.077
Imparidade						
OTLIS, ACE	(400.000)	-	-	-	240.000	(160.000)
MLM, SA	-	(12.721)	-	-	-	(12.721)
EMEF INTERNACIONAL	-	(2.500)	-	-	-	(2.500)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)	-	-	-	-	(249.399)
ICF	-	(382.269)	-	-	-	(382.269)
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 ^a emissão	(504)	-	-	-	-	(504)
Obrigações SONEFE 5% 1960- 3 ^a emissão	(1.132)	-	-	-	-	(1.132)
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	(5.038)	-	-	-	-	(5.038)
	(656.073)	(397.489)	-	-	240.000	(813.562)
Total	28.178.940					27.818.515

11. ACIONISTAS/SÓCIOS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativo não corrente		
	-	-
Ativo corrente		
Resultados Atribuídos - Out. Empresas	-	55 738
Outras Operações - Indemniz. Compensatórias	180 376	177 492
Outras Operações - Empresas do Grupo	935 805	-
Outras Operações - Outras Empresas Participadas	51 245	4 846
	1 167 426	238 076
Passivo não corrente		
		-
Passivo corrente		
Outras Operações - Empresas do Grupo	3 100 583	-
Perdas por Imparidade - Empresas do Grupo	-	-
	3 100 583	-

As maiores variações respeitam às operações de liquidação da Fergráfica, que totalizam a 31 de Dezembro o montante de €935 805, e estão registadas no Ativo Corrente e, à constituição de prestações acessórias na Fernave no valor de €3 200 000, registadas no Passivo Corrente.

12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por

ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social do seu negócio, não é expectável que a Empresa venha a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos. Por este facto, entende a Empresa que não estão reunidas todas as condições para que esta situação seja considerada como passivo

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2011, no montante de €337.131,45, única matéria tributável apurada no exercício.

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Mercadorias	226 381	230 005
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10 871 403	11 230 952
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	-	-
Adiantamentos por conta de compras	1 704	1 704
	11 099 488	11 462 660
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-5 559 571	-5 559 571
	-5 559 571	-5 559 571
Valor líquido contabilístico	5 539 917	5 903 090

Tendo em consideração a rotação dos materiais, não foi identificada a necessidade de efetuar qualquer ajustamento no valor das imparidades constituídas para inventários, tendo-se mantido os valores reconhecidos em anos anteriores, tal como identificado no quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-5 559 571	-	-	-5 559 571
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
	-5 559 571	-	-	-5 559 571

14. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de Clientes apresenta os seguintes valores:

(Valores em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	2 879 102	4 768 234
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas	606 796	
Empreendimentos conjuntos	353 164	738 773
Outras partes relacionadas	216 642	1 017
Adiantamentos por conta de compras		
...		
Cientes - títulos a receber	26 661	26 661
Cientes - Perdas Imparidade Acumuladas	39 075 647	36 767 150
	43 158 012	42 301 835
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-2 308 497	-2 291 000
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-36 793 811	-34 502 810
	-39 102 308	-36 793 811
Valor líquido contabilístico	4 055 704	5 508 025

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	36 622 198	2 585 060	- 233 763	38 973 495
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	55 042		- 42780	12 262
Empreendimentos conjuntos	89 890			89 890
Outras partes relacionadas	20		- 20	-
	36 767 150	2 585 060	- 276 563	39 075 647

O aumento das perdas por imparidade acumuladas deveu-se essencialmente ao incremento da dívida do Ministério da Defesa. Esta dívida está integralmente ajustada à data de 31 de Dezembro de 2011, conforme detalhe apresentado na nota 51.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	2 674 816	109 103	- 2 988	98 171
Empresa-mãe				
Empresas subsidiárias				
Empresas associadas	559 768	25 910	21 118	
Empreendimentos conjuntos	377 676	- 12 328	- 817	- 11 367
Outras partes relacionadas	152 169	9 250	30 768	24 455
	3 764 429	131 935	48 081	111 259

15. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. SA	3 279	3 279
EMEF / SIEMENS, ACE	1 161 347	1 161 347
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
NEC PORTUGAL-TELECOM.E SISTEMAS,SA	1 583	18 263
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2 120	2 120
	1 296 720	1 313 400
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período		
Imparidades de períodos anteriores		
	-	-
Valor líquido contabilístico	1 296 720	1 313 400

Face a 2010, a única variação respeita à regularização dos adiantamentos efectuados à NEC Portugal, na sequência da entrega de equipamentos e de acordo com o plano de faturação previsto contratualmente.

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.200.640	2.123.889
Pagamento especial por conta	950.802	923.963
Imposto retido na fonte	249.839	1.199.926
IVA	4.534.016	4.042.440
IVA a recuperar	3.440.291	2.924.712
IVA reembolsos pedidos	1.093.724	1.117.728
Outros Impostos	169.465	136.945
Contribuições Seg Social CNP	169.465	136.945
IVA imposto a recuperar	884.629	891.851
	6.788.751	7.195.125
Passivo	30-12-2011	31-12-2010
Imposto sobre o rendimento	337.131	268.268
Retenções de imposto sobre o rendimento	745.830	929.340
IVA a pagar	0	0
IVA Liquidações Oficiosas		
Outros Impostos		
Contribuição p/Seg. Social	1.657.750	1.892.104
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações		
	2.740.712	3.089.712

As principais variações registadas entre 2011 e 2010 resultam essencialmente da diminuição do montante de imposto retido na fonte referente a rendimentos de capitais e do aumento do IVA a recuperar, tanto pelo acréscimo do valor de faturação recebida de fornecedores como a EMEF e REFER, bem como pela alteração da taxa de IVA de energia de 6% para 23% com início em Novembro de 2011.

17. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue, contribuindo para a variação registada entre 2011 e 2010 essencialmente o aumento das dívidas da REFER Património (+€1 485 milhares), da CP Carga (+€14 483 milhares) e Top Atlântico (+€314 milhares) e diminuição das dívidas da Renfe (-€7 925 milhares), do Metro do Mondego, SA (-€1 414 m€) e da CP COM (-578 m€).

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c - Saldos Devedores	-47.107	23.161
Outros Devedores - Pessoal	524.172	511.570
D.Diversos - c/c	56.146.697	51.791.676
D.Diversos - Cobrança Duvidosa	6.772.018	6.426.931
C. Diversos - Saldos Devedores	-11.286	75.149
C.Div-Dep Cauções Prestadas	48.958	48.958
C.Div.-Rendimentos a Repartir	1.183.377	1.052.639
C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	4.375.086	4.426.652
D\C Div - Faturação a emitir	154.632	154.632
D\C Div - Seg. Saude	5.013	6.402
C.Div.-Valores Regularizar Estações	127.270	127.270
C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota/via verde	67.778	54.933
Out C.Rec/Pag - Depósitos por regularizar	5.450	-14.282
ODC - Unidades de Negócio/Outros	364.239	346.377
Devedores por acréscimos de receitas	4.157.061	3.129.984
	73.873.359	68.162.053
Imparidade acumulada	-6.772.018	-7.402.041
Valor líquido contabilístico	67.101.340	60.760.012

18. DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim - Gast Reconh - Dif Câmbio-Outras	-	-
Diferim - Gast Reconh - Outros-Diversos	10 918 142	12 209 952
	10 918 142	12 209 952
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim - Rend a Reconhecer - CPLX	-1 090 348	-1 081 523
Diferim - Rend Reconhecer - POEFDS_PORLVT	- 74 831	- 74 831
Diferim - Rend Reconhecer - Sub Proj Exploração	- 455	- 455
Diferim - Rend Reconh - Outros Dif- Rendim Reconh	-6 193 287	-6 135 533
	-7 358 921	-7 292 342

A maior variação registada na rubrica de Diferimentos diz respeito à diminuição dos gastos a reconhecer pelo diferimento de juros e outros encargos com os empréstimos POLO II e III (-€885 milhares) e Deutsche Bank (-€537 milhares).

19. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Derivados potencialmente favoráveis	19 392 661	50 617 683
	19 392 661	50 617 683

A variação registada entre 2011 e 2010 resulta da variação favorável do justo valor de instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), com base em informação disponibilizada por entidade externa (IMF-. Informação de Mercados Financeiros, SA).

20. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Um dos objectivos da empresa de curto prazo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospecção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Em 2010, o Conselho de Administração da CP propôs à tutela a venda dos edifícios dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e do Barreiro, afetos à exploração da ligação fluvial Lisboa/Barreiro, constantes do Anexo B, do Despacho Conjunto n.º 261/99, publicado no DR, 2.ª Série, de 24 de Março de 1999, O valor previsto para alienação corresponde ao valor líquido contabilístico à data de 31/12/2010. Até à data não foi recebida resposta da Tutela.

No final do ano 2011, A CP decidiu que os edifícios Palácio do Coimbra no Barreiro, Infantário da Parede e o Edifício - Vila Nova Famalicão fossem também classificados nesta rubrica, por considerar que estes ativos se encontram disponíveis para alienar uma vez que não constituem ativos afetos à atividade de transporte ferroviário de passageiros e estar a desenvolver esforços nesse sentido.

No que respeita à rubrica do equipamento básico foi decidido proceder à alienação de material circulante que não se revela necessário à operação. Parte deste material (€381.838, correspondente a locomotivas eléctricas, unidades triplas eléctricas e carruagens) apresenta venda contratada com o Governo da Argentina, nos termos do 3º adicional ao contrato quadro, sendo o remanescente relativo a várias séries de material que não se encontram afetas à atividade operacional.

Com base nos valores estimados de venda, e considerando a decisão tomada, a CP registou uma perda de imparidade acumulada de €1.394 830, que resulta do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de vender e o valor pelo qual o ativo se encontrava escriturado.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda, não existindo passivos associados aos mesmos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	2 312 746	761 485
Edifícios e outras construções	11 862 638	11 047 698
Equipamento básico (a)	17 235 068	7 718 776
	31.410.452	19 527 959
Passivos		
	-	-
	-	-

(a) Esta rubrica no exercício de 2010 teve uma imparidade de €1 069 830,00 e no exercício de 2011 apresenta uma imparidade acumulada de €1.394.830,00.

21. CAPITAL REALIZADO

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da empresa», consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da empresa.

O capital estatutário de €1.995.317.000, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efectuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de Abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2011.

22. AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS

Não sendo uma sociedade por ações ou por quotas, a 31 de Dezembro de 2011 a Empresa não detém ações ou quotas próprias.

23. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

O Estado português, único detentor da CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2011.

24. RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

25. OUTRAS RESERVAS

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

26. RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior. Refira-se que os Resultados Transitados de 2010 foram reexpressos de forma a incluir o saldo da rubrica de excedentes de revalorização, tal como referido na nota 2.3.

A transferência do saldo de excedentes de revalorização resulta do facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC.

Contudo, apesar da transferência acima referida, será mantido o controlo dos montantes realizados e não realizados, e destes, os que estão disponíveis ou não para

distribuição aos acionistas ou para cobertura de prejuízos ou para aumento de capital, de acordo com a legislação aplicável.

A empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica “Equipamento Básico” e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à reavaliação do ativo fixo tangível nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51 989 137 euros.

As reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2011 foram transferidas integralmente para Resultados Transitados, movimento reexpresso em 2010, conforme nota 2.3, onde é identificado o valor do saldo transferido para a conta de Resultados Transitados.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2011 constam no quadro que segue:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Reavaliações Registradas	Inc. Cap.	Outras Transf ^a .	Saldo Final
56100002-Exced.Reval.ñ Real - 95	14 916 491	-	-	- 928 946	13 987 545
56100001-Exced.Reval.ñ Real - DL	13 586 567	-	-	-1 362 348	12 224 219
56100003-Exced.Reval.ñ Real - 99 Est.	29 669 762	-	-	- 293 887	29 375 875
56100004-Exced.Reval.ñ Real - 99 CP	11 869 486	-	-	- 37 199	11 832 287
	70 042 306	-	-	-2 622 380	67 419 926

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as “reservas de reavaliação” de 1995 e de 1997 e para as “reservas de reavaliação” de 1999.

27. AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

Esta rubrica não apresenta variações face a 2010, apresentando-se o detalhe no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2011	31-12-2010
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-1.703.423	-1.703.423
Lucros não atribuídos	99.087	99.087
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-73.233	-73.233
...		
Outros		
	-1 677 569	-1 677 569

28. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	195 550 993	207 661 604
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Outras		
	286 908 360	299 018 972

A rubrica Saneamento Financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca no montante de €97 975 959 e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo estado de €6 618 591, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de Subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de Subsídios:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Reservas Subsídios - ILD'S	1 755	1 755
Reservas Subsídios - Material Circulant	1 884 075	2 254 918
FEDER-Sub Proj 12UQE	9 335 330	10 209 265
PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	5 907 458	6 254 954
FEDER-Sub Proj 12+4UQE	16 145 819	17 095 563
PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	4 445 354	5 556 692
PIDDAC-Sub Proj 19UDD	687 867	738 707
PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	1 009 363	1 106 643
PIDDAC-Sub Proj 42UQE	582 327	622 231
PIDDAC-Sub Proj 34UME	23 278 550	24 365 980
PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	21 088 689	22 746 867
PIDDAC-Sub Proj Convel	4 548	97 456
PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	952 931	1 067 283
PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	418 621	447 233
PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	84 020	179 495
PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	20 915 501	21 565 723
PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	5 287 789	4 698 849
PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	330 007	357 895
PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2 729 912	2 814 125
PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	84 117	-
PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	218 750	-
PIDDAC-Sub Sist Escalas Pess e Rotaç de Material	43 750	-
FEDER-Sub Proj 19UDD	1 421 838	1 526 995
FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 971 755	2 161 843
FEDER-Sub Proj 34UME	41 451 289	43 385 637
FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	27 132 173	29 278 228
FEDER-Sub Proj Convel	129 789	527 906
FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	132 669	148 537
FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1 910 774	2 104 382
FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	969 643	1 035 916
FEDER-SubProj57COR-Homologação	713 955	771 304
FEDER-Sub Proj PRODOURO	20 536	51 722
Sub Projecto CP/KIDS	30 103	-
FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	699 582	758 702
FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	1 193 925	1 392 370
FEDER-Bilhét s contacto-CPLX-Homol	1 971 663	1 971 663
FEDER-Subsíd Ramais Partic Mercad	364 765	364 765
	195 550 993	207 661 604

29. PROVISÕES

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

(Valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de Desconto	Saldo Final
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	2 492 641	1 128 388		429 191		3 191 838
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	11 799 824	426 980	953 577			11 273 227
Acidentes ferroviários	681 161	63 887				745 048
Investimentos financeiros	18 572 840	33 993 015		2 344 354		50 221 501
Matérias ambientais	-					-
Contratos onerosos	-					-
Reestruturação	-					-
Outras	860 350			11 230		849 120
	34 406 816	35 612 270	953 577	2 784 775	-	66 280 735

O aumento do valor das provisões, no exercício de 2011, prende-se essencialmente com o reforço da provisão para capitais próprios negativos da CP Carga, num total de €31 265 milhares, bem como pelo reforço de alguns processos judiciais em curso.

A provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais foi calculada com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro, tendo assim, sido constituídas provisões para fazer face aos encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3,5% face ao crescimento das pensões.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2011.

30. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

No final do exercício de 2011 a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	560.914.913	604.450.822
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações	700.000.000	950.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	1.111.180.000	1.374.800.000
	2.372.094.913	2.929.250.822
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	667.295.200	257.561.473
Descobertos bancários	82.503.811	137.248
Locações financeiras		
Empréstimos por obrigações	250.000.000	
Mercado de valores mobiliários		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Outros financiadores	150.500.000	137.500.000
	1.150.299.011	395.198.721

As maiores variações nesta rubrica verificaram-se no passivo corrente, devido à passagem para curto prazo do empréstimo obrigacionista de €250 milhões, com amortização prevista em Fevereiro 2012 e de um acréscimo da contratação de empréstimos junto da banca nacional e utilização de descobertos bancários, que totalizam €722 580 423.

No passivo não corrente verificou-se um decréscimo da dívida, devido essencialmente à passagem para o passivo corrente do empréstimo obrigacionista, contribuindo igualmente a amortização antecipada do empréstimo com a *Private Placement* AFLAC, em Abril de 2011 (-€113 120 milhares).

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	749.799.011	257.698.721
De 1 a 5 anos	382.080.850	382.936.570
A mais de 5 anos	178.834.063	221.514.251
Locações financeiras		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos	250.000.000	250.000.000
A mais de 5 anos	700.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano	150.500.000	137.500.000
De 1 a 5 anos	861.180.000	936.680.000
A mais de 5 anos	250.000.000	438.120.000
	3.522.393.925	3.324.449.542

À data de 31 de Dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	749.799.011	47.269.242	46.188.733	245.942.688	42.680.188	1.131.879.862
Locações financeiras						0
Empréstimos por obrigações	250.000.000					250.000.000
Mercado de valores mobiliários						0
Participantes de capital						0
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos						0
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos						0
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						0
Outros financiadores	150.500.000	162.500.000	264.780.000	358.900.000	75.000.000	1.011.680.000
	1.150.299.011	209.769.242	310.968.733	604.842.688	117.680.188	2.393.559.862

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	- 40 563	- 40 563
Devedores por acréscimos de rendimento		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas	-34 221 783	-32 998 667
Outros devedores		
	-34 262 347	-33 039 231
Corrente		
Fornecedores de investimentos	-2 532 659	-2 357 659
Devedores por acréscimos de rendimento	-2 560 776	-1 788 995
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros devedores e credores	-3 453 109	-5 572 878
Credores por acréscimo de gastos	-53 168 657	-70 695 056
Pessoal	- 478 903	- 415 827
Adiantamentos de Clientes	112 823	- 65 477
	-62 081 280	-80 895 891

A variação mais significativa face ao exercício de 2010 regista-se no passivo corrente e resulta essencialmente da redução substancial dos acréscimos de gastos por remunerações a liquidar, nomeadamente os encargos com férias e subsídio de férias para 2012 registados em 2011 (-€8 745 milhares), em consequência das alterações impostas pela Lei de Orçamento de Estado sobre o direito ao Subsídio de Férias a pagar em 2012 (-€5 398 milhares), mas também pela redução dos acréscimos de gastos com remunerações variáveis onde se inclui responsabilidades com indemnizações por mútuo acordo assumidas nas contas de 2010, operação de especialização/acrécimo que não se revelou necessária no exercício de 2011 (-€3 394 milhares).

Verifica-se, de igual modo, uma diminuição, de forma generalizada, dos acréscimos de gastos com fornecimentos e serviços externos (-€7 833 milhares) e com a taxa de utilização de infraestrutura (-€2 390 milhares), o que evidencia o esforço da empresa na validação e registo atempado da faturação recebida.

32. FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores c/c		
Gerais	47 906 324	20 161 018
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias	5 514 527	9 277 920
Empresas associadas	4 074 827	
Empreendimentos conjuntos	4 594 370	189 511
Outras partes relacionadas	214 911	
Fornecedores - títulos a pagar		-
Gerais		
Empresa-mãe		
Empresas subsidiárias		
Empresas associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Outras partes relacionadas		
Faturas em recepção e conferência	20 203	9 932
	62 325 161	29 638 381

As principais variações registadas nesta rubrica face a 2010 explicam-se essencialmente pelos acréscimos das dívidas à REFER (+€31 323 343), Renfe (+€3 589 036) e EMEF/Siemens,ACE (+€961 452) e pelo decréscimo das dívidas à EMEF (-€3 093 907) e Bombardier (-€595 162).

33. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Derivados potencialmente desfavoráveis	150 806 157	169 422 785
	150 806 157	169 422 785

A variação registada entre 2011 e 2010 resulta da variação desfavorável do justo valor de instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro), com base em informação disponibilizada por entidade externa - IMF.

34. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Serviços prestados		
Passageiros	212 524 271	210 136 174
Redes	335 140	217 966
Man/Alg/LimpMat Circ.	18 504 664	20 139 014
Comb.p/Ter.	1 530 850	1 532 536
Indem. p/ danos	165 991	493 790
Limp/Segurança	416 879	486 438
Serv. Infor/Contab.	1 598 560	470 822
Outros	1 012 112	945 990
Outros Metro Mondego	1 123 863	1 643 010
Outros Serviços	1 282 626	2 667 235
Descontos e Abatimentos em Vendas	- 239 020	- 229 976
	238 255 936	238 502 999

35. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Anualmente são atribuídas à CP, via dotação no Orçamento do Estado, subvenções, as quais se decompõem em:

- Subvenções respeitantes à “obrigação de transportar”, as quais se destinam a compensar a CP pelo facto de praticar preços bonificados no serviço de transporte de passageiros, correspondendo a 50% do preço do transporte;

- Subvenções respeitantes à “obrigação de explorar”, as quais se destinam a compensar a CP pela imposição de exploração de linhas e ramais de reduzido tráfego, correspondendo à diferença entre proveitos e custos associados à exploração daquelas linhas e ramais;
- Subvenções respeitantes à “obrigação tarifária”, as quais se destinam a compensar a CP pela prática de tarifas mais baixas, correspondendo à diferença entre proveitos e custos nos serviços suburbanos e regionais;

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos no exercício de 2010 e 2011:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Indemnizações compensatórias	36 000 000	34 703 334
Andante	36 873	57 437
PAII	682 669	
CP/KIDS	41 195	
	36 760 737	34 760 771

36. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 470 019	28 611 261
Alienações		
Outros		
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Outros	1 470 019	28 611 261

Os valores reconhecidos em 2011 respeitam à aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da SAROS e à anulação da participação financeira na STIFA, por motivos de insolvência.

37. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Mercadorias	3 609	1 029
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 436 952	11 399 371
Ativos biológicos	-	-
	11 440 560	11 400 400

O consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa €10,7 milhões do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

38. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Subcontratos:		
Limp.Instalações	918 604	1 013 662
Limp.Mat.Circ.	3 340 812	3 633 369
Vigilância	4 129 939	4 675 677
Serviços adicionais e Auxiliares	4 981 573	4 498 972
Serviços Restauração	3 052 182	3 243 418
Acordo CP/Renfe	9 764 455	9 415 049
Outros subcontratos	8 849 163	7 920 478
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	41 900 907	44 437 823
Trabalhos especializados	1 828 771	1 988 436
Vigilância e segurança	1 179 476	1 202 283
Utilização de Material circulante	471 459	471 459
Outros serviços espec.	2 960 513	4 313 151
Materiais:	218 460	338 755
Energia e fluidos:		
Electricidade	26 136 672	23 627 564
Combustíveis	287 716	332 431
Água	376 887	366 452
Outros	5 588	7 426
Deslocações, estadas e transportes:	462 659	508 007
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres		
Taxa uso infraestrutura	42 540 006	44 987 820
Outras rendas e alugueres	6 744 881	5 756 075
Comunicação	1 236 341	1 382 359
Seguros	593 049	715 882
Outros serviços	1 288 892	890 099
	163.269.005	165.726.647

Para a diminuição registada nos Fornecimentos e Serviços Externos no valor de €2,5 milhões (-1,5%), contribuiram essencialmente os seguintes factos:

- O decréscimo do encargo com a taxa de utilização da infraestrutura (-€2,5 milhões). Este encargo resulta da aplicação das tarifas de utilização dos

serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Diretório da Rede para 2011. O Diretório da Rede 2011 é concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a atividade do transporte ferroviário e vigorou no período de 12 de Dezembro de 2010 a 10 de Dezembro de 2011 (validade do Horário 2011). Para o período de 11 de Dezembro 2011 a 31 de Dezembro 2011, em que passou a vigorar o Diretório da Rede 2012, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Diretório da Rede 2012. A redução verificada resulta do esforço de racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

- Diminuição dos gastos incorridos na conservação e reparação de material circulante (-€2,7 milhões). Para esta diminuição contribui não só a racionalização da oferta de comboios especialmente no segmento do longo curso e regional, mas também uma racionalização do material afeto à atividade operacional;
- Aumento dos gastos com energia para tração (+€2,5 milhões), em resultado de atualizações tarifárias;
- Aumento dos gastos com rendas e alugueres referentes a material circulante (automotoras) alugado à RENFE (+€2,5 milhões) para exploração do comboio *Sud Expresso* e diminuição dos gastos com alugueres de edifícios (-€239 milhares) e de veículos rodoviários (-€-1,3 milhões), este último devido essencialmente à redução de transportes alternativos rodoviários disponibilizados durante os períodos de greve;
- Com relevância também na atividade de 2011, de realçar o início dos contrato com o ACE (EMEF/SIEMENS) para Manutenção de locomotivas das séries LE5600 e LE4700.

39. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	406.722	454.273
Remunerações do pessoal	73.688.316	90.091.933
Benefícios pós-emprego	NA	NA
Prémios para pensões	NA	NA
Outros benefícios	NA	NA
Indemnizações	15.523.889	9.296.247
Encargos sobre remunerações	15.773.099	18.647.551
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.465.696	1.463.257
Gastos de ação social	0	6.281
Outros gastos com o pessoal	1.215.137	2.291.537
	108.072.860	122.251.079

NA= Não aplicável

A redução significativa, face a 2010, registada nas rubricas de Remunerações e Encargos sobre remunerações resulta da diminuição do efetivo, mas sobretudo da aplicação da Lei 55-A/2010.

Verifica-se, por outro lado, um acréscimo dos gastos com indemnizações em resultado do aumento, face da 2010, do número rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Órgãos sociais	6	6
Diretores/Chefias superiores		
Quadros superiores	296	326
Quadros médios	19	21
Chefias intermédias	262	293
Profissionais altamente qualificados	2 272	2 428
Profissionais semi-qualificados	79	88
Contratados a prazo	23	50
	2 957	3 212

40. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Perdas		
Em investimentos financeiros - Empréstimos	- 418 553	-2 121 000
Em investimentos financeiros - Outros	-3 734 726	-
Ativos não correntes detidos para venda	- 325 000	-1 069 830
Reversões		
De investimentos financeiros - Empresas do Grupo	-	4 367 623
De investimentos financeiros - Outros	2 220 000	470 727
	-2 258 279	1 647 520

O valor de perdas de imparidade em investimentos financeiros - empréstimos, reconhecido em 2011, resulta de ajustamentos de empréstimos à Fernave e Fergráfica em resultado do agravamento da sua situação financeira, nomeadamente por resultados e capitais próprios negativos, considerando-se, para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, os interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo.

Na rubrica de perdas de imparidade de investimentos financeiros- outros foram registadas os ajustamentos de perdas de imparidade reconhecidas pela CP em resultado de capitais próprios negativos em empresas suas participadas ou associadas, nomeadamente Fernave, Fergráfica, ICF, Metro de Mirandela e EMEF Internacional.

Em 2011 foram registadas reversões de investimentos - financeiros - outros em resultado do pagamento parcial de empréstimo por parte da Otlis (com impacto de €240 mil nesta rubrica) e da assinatura de contrato de promessa compra e venda entre a CP e a Fernave, de edifício da Fernave, em que a título de sinal pago pela

CP, foi considerado o reembolso pela Fernave dos empréstimos concedidos pela CP no valor de €2 928 milhares.

No que respeita às perdas de imparidade reconhecidas em 2011 e referentes a Ativos detidos para venda, estas resultam do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de venda e o valor pelo qual o ativo se encontra escriturado.

41. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Rendimentos suplementares	19 164 147	19 570 098
Descontos de pronto pagamento obtidos	2	0
Recuperação de dívidas a receber	1 771	-
Ganhos em inventários	29 736	88 307
Restantes ativos financeiros	22 535	- 139 238
Investimentos não financeiros	272 150	61 282
Outros	16 072 890	15 761 083
	35 563 231	35 341 532

Contribuem para o aumento dos rendimentos suplementares essencialmente o aumento de rendimentos relacionados com concessão de edifícios e cedência de energia.

Ao nível da rubrica de outros o aumento resulta da aplicação de penalidades contratuais à Alstom e EMEF.

42. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Impostos	- 392 666	- 410 120
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	- 936	- 33 686
Perdas em inventários	- 14 020	- 25 082
Restantes ativos financeiros		
Investimentos não financeiros-alienações/abates	- 546 390	-1 269 155
Outros	-2 925 960	-3 427 183
	-3 879 972	-5 165 226

Para a diminuição de €1,3 milhões (-25%) contribuiu essencialmente a diminuição dos encargos com abates e alienações de ativos, registada na rubrica de outros gastos e perdas de investimentos não financeiros, bem como a diminuição de penalidades contratuais registadas na rubrica de outros.

43. AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Perdas		
Instrumentos financeiros	-12.608.394	
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Ativos biológicos		
Ganhos		
Instrumentos financeiros		56.026.427
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Ativos biológicos		
	-12.608.394	56.026.427

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de Derivados em 31 de Dezembro 2011, comparativamente a igual período do ano anterior.

(valores em euros)

	31-12-2011	31-12-2010
BNP Paribas	419.214	-2.086.710
Deutsche Bank	-3.194.190	-317.109
JP Morgan	-7.812.439	-24.193.176
Barclays	18.973.447	23.573.359
Citigroup	-2.131.668	-407.428
BES	-86.080.316	-91.142.513
BNP Paribas	-40.131.039	-41.796.516
RBS/ABN	-6.016.393	-3.828.142
Barclays	-5.440.112	-5.651.191
Citigroup	-	27.044.324
	-131.413.496	-118.805.102

44. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	84 271 190	86 800 371
Ativos intangíveis	489 805	560 463
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	- 61 247
Ativos intangíveis	-	-
	84 760 995	87 299 587

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3.2.1. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade. Não houve necessidade de proceder a reversões de depreciações/amortizações em 2011.

45. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	2 649 560	4 476 544
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-1 682 916	- 375 424
	966 644	4 101 120

A imparidade de investimentos depreciáveis reconhecida no exercício respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável.

A variação registada face a 2010 deve-se, essencialmente, ao aumento do número de unidades de material circulante que não são necessárias para o serviço comercial da empresa, deixando o seu valor recuperável de ser calculado através do valor de uso, e de perdas com reparações de material acidentado.

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado, tendo-se verificado que o valor reconhecido como imparidade se revelou excessivo.

46. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Juros obtidos	7 216 653	11 455 209
Dividendos obtidos	50 411	61 911
Outros rendimentos similares	4 624 000	1 724 460
	11 891 063	13 241 580

No exercício de 2011 foram recebidos €6,7 milhões de juros de *swaps*, €4,6 milhões da liquidação do empréstimo AFLAC (valor do *swap*) e €0,5 milhões de juros de empréstimos concedidos a empresas subsidiárias.

47. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de Juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Juros suportados	-169 499 961	-155 476 574
Outros gastos e perdas	-18 563 439	-10 400 067
	-188 063 400	-165 876 641

O aumento dos encargos com juros suportados em 2011 resulta não só do aumento do valor da dívida da empresa para fazer face às necessidades financiamento da exploração, investimento e sobretudo encargos financeiros com a dívida histórica, mas também ao aumento das taxas de juro de financiamento.

A empresa suportou cerca de €61 milhões de juros com operações de cobertura (*swaps* de taxa de juro).

De salientar ainda os gastos com diferenças de câmbio desfavoráveis suportadas pela empresa em resultado da liquidação do empréstimo AFLAC.

48. PASSIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

49. ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

50. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a estrutura acionista da Empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

(Participação %)

Participações	31-12-2011	31-12-2010
EMEF, SA	100,00%	100,00%
CP CARGA, SA	100,00%	100,00%
FERNAVE, SA	70,00%	70,00%
FERGRÁFICA, SA	100,00%	100,00%
TIP, ACE	33,33%	33,33%
SAROS,Lda	100,00%	0,00%

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- EMEF Internacional, SA (detida em 95% pela EMEF e em 5% pela CP);
- SIMEF, ACE (detida em 51% pela CP);
- Ecosaúde, SA (detida em 100% pela Fernave);

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2011	2010
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	5.830.065,28	5.537.698,13
CP CARGA, SA	29.105.537,00	33.817.496,83
FERNAVE, SA	319.905,69	287.982,03
FERGRÁFICA, SA	23.250,95	23.168,74
SAROS,Lda	0,00	17.424,52
Associadas		
TIP, ACE	367.696,47	273.059,74
Empresas com participação indireta		
ECOSAÚDE, SA	62.480,56	61.837,22
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-35.537.864,30	-56.404.057,04
CP CARGA, SA	-3.488.452,48	-15.214.795,29
FERNAVE, SA	-3.771.064,04	-750.700,74
FERGRÁFICA, SA	-71.480,50	-4.681.506,42
SAROS,Lda	-29.963,22	0,00
Associadas		
TIP, ACE	-125.805,46	-167.822,01
Empresas com participação indireta		
ECOSAÚDE, SA	-974.255,02	-884.323,95
EMEF / SIEMENS, ACE	-6.190.402,87	0,00
	-14 480 352	-38 084 538
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	10.956.390,66	5.646.131,88
FERNAVE, SA	418.552,68	1.980.000,00
FERGRÁFICA, SA	-1.892.000,00	-3.626.627,75
SAROS,Lda	64.447,00	0,00
Empresas com participação indireta		
EMEF / SIEMENS, ACE	-1.999.000,00	0,00
	7 548 390	3 999 504

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ativos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	13.666.814,04	487.117,85
CP CARGA, SA	41.718.558,10	27.235.627,64
FERNAVE, SA	3.204.629,85	185.294,47
FERGRÁFICA, SA	577.962,69	12.248,89
SAROS,Lda	66.338,56	0,00
Associadas		
TIP, ACE	610.276,23	699.614,38
Empresas com participação indireta		
ECOSAÚDE, SA	61.166,93	6.848,30
EMEF / SIEMENS, ACE	8.509.616,40	8.509.616,40
EMEF INTERNACIONAL S.A.	2.500,00	0,00
Passivos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-8.104.094,39	-8.780.544,21
CP CARGA, SA	-58.660,05	-348.431,86
FERNAVE, SA	-3.273.495,38	-47.102,12
FERGRÁFICA, SA	-21.720,90	-101.841,69
SAROS,Lda	0,00	-2.694,96
Associadas		
TIP, ACE	-217.755,31	-169.762,26
Empresas com participação indireta		
ECOSAÚDE, SA	-230.716,48	-157.453,23
EMEF / SIEMENS, ACE	-2.960.451,65	0,00
	53.550.968,64	27.528.537,60

Não foram efetuados em 2011 quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

51. TRANSPORTE DE MILITARES

No âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto a CP está obrigada a efetuar o transporte de militares e forças militarizadas em regime bonificado. No momento da venda do título a CP é obrigada a dar um desconto de 25% a título de ação comercial, 25% são liquidados no momento da venda e os restantes 50% são o quantitativo da indemnização compensatória a prestar à empresa pelos organismos que superintendem nas forças militares e militarizadas.

Apesar das ações desenvolvidas pela empresa no sentido da dívida relativa a este transporte ser liquidada, até à data tal não ocorreu, apresentando a mesma uma antiguidade e valor significativo.

Assim, nas perdas por imparidade, tal como referido na nota 14, está incluída a totalidade da dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, forças militarizadas e equiparados em regime bonificado ao abrigo da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, que em 31 de Dezembro de 2011 apresenta um montante acumulado de € 36.215.276, com a seguinte antiguidade:

(valores em euros)

Dívida até 31 Dez. 2006	Dívida de 2007	Dívida de 2008	Dívida de 2009	Dívida de 2010	Dívida de 2011	Total Geral
21 178 355	3 635 071	3 824 340	2 905 200	2 214 394	2 457 916	36 215 276

52. GARANTIAS E AVALES

Garantias e Avals prestados pela CP - a empresas do grupo e associadas:

Fergráfica (cartas conforto)	833.489 €
EMEF (cartas conforto)	6.987.979 €
EMEF (fiança)	15.062.500 €
Fernave (cartas conforto)	2.750.000 €
Otlis (Carta conforto)	750.000 €
CP Carga (Fiança)	18.700.000 €
CP Carga (Livrança)	60.750.000 €
CP Carga (Garantia)	34.285.000 €

Garantias prestadas a favor da CP:

Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	1.147.751.669 €
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	1.115.512 €

53. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Salientam-se os seguintes factos relevantes ocorridos após o termo do exercício:

- Alteração do enquadramento jurídico da CP, atribuindo-lhe autonomia do Estado para, nomeadamente, efeitos de aquisição e ou alienação de participações sociais;
- Autorização do Governo para derrogação da aplicação do Orçamento de Estado 2012 no que respeita aos regimes remuneratórios com exceção do pagamento do trabalho extraordinário e dos subsídios de férias e de natal ou equivalentes, objeto de regulação imperativa pelos artigos 21º e 32º do Orçamento de Estado 2012;
- Não foi recebida autorização para implementar as ações previstas no PET e no PAO 2012 de supressão do serviço regional nas linhas do Vouga e do Oeste no troço entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz e de reestruturação do serviço internacional.

Técnico Oficial de Contas - Dr.^a Ana Coelho

Ana Coelho

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Alfredo

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. Sousa Moreira

Nuno

Vogal - Dr.^a Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Cristina Pinto Dias

Vogal - Dr.^a Madalena Paixão de Sousa

Madalena